



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA, CONTABILIDADE E
SECRETARIADO EXECUTIVO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

ADRIANA BRAGA RODRIGUES

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA AO MODO DE PRODUÇÃO
CAPITALISTA

FORTALEZA

2015

ADRIANA BRAGA RODRIGUES

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA AO MODO DE PRODUÇÃO
CAPITALISTA

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Maia Sobral

FORTALEZA

2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Federal do Ceará

R000e Rodrigues, Adriana Braga
Economia solidária como alternativa ao modo de produção capitalista/Adriana Braga Rodrigues. – 2015.
46f. : il. color.; 30cm.

Monografia (Graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, Curso de Ciências Econômicas, Fortaleza, 2015.

Orientação: Prof. Dr. Fabio Maia Sobral

1. Economia Solidária. 2. Alternativa. 3. Cooperação. I. Título.

CDD 000.00

ADRIANA BRAGA RODRIGUES

ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ALTERNATIVA AO MODO DE PRODUÇÃO
TRADICIONAL

Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração, Atuária, Contabilidade e Secretariado Executivo, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovada em: ____/____/_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fabio Maia Sobral (Orientador)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Aécio Alves de Oliveira

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profa. Ma. Amanda Conrado Pereira

Universidade Estadual do Ceará (UECE)

À minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais, José e Elenir, pois apesar de toda dificuldade sempre lutaram para que eu, minhas irmãs e irmão, tivéssemos uma vida digna e nos proporcionaram condições para que realizássemos nossos estudos. Agradeço-os por me apoiarem em todas as minhas decisões, sempre me acompanharem nos momentos alegres ou não, e por todo amor e carinho que foi me dedicado.

Aos meus avôs paternos (Francisco e Maria) e avó materna (Paula), já falecidos, mas que tenho imenso amor e boas recordações dos momentos em que estive com eles. E ao meu avô materno.

Agradeço as minhas irmãs e irmão (Elizian, Elaine, Maria Juliana, Ana Paula, Francisco José, Maria Yasmim), que apesar de nossas diferenças sempre buscamos ajudar e apoiar uns aos outros. Nossa ligação vai além dos laços sanguíneos, pois há também amor e amizade verdadeiros.

Agradeço as minhas sobrinhas e sobrinho (Maria Eduarda, Lara Vitória e Pedro Lucas) com quem compartilho momentos de brincadeiras e muito amor.

Agradeço aos meus amigos de longa data (Renata, Dilne, Edson, Glória, Liliane e Carlos Henrique) que apesar não estarmos próximos fisicamente, o carinho permanece e quando nos reencontramos percebemos que o tempo e a distância não interferiram em nada em nossa amizade. E outros mais recentes, mas que também são amizades que quero levar pra vida toda (Aparecida, Marcelo e Carlos).

Agradeço as irmãs de coração que ganhei na Residência Universitária Bárbara de Alencar (Janete, Cecília, Hemanuelle, Flaviana, Rejane, Rosana, Maiara, Daiane, Gleiciane, Rosângela.) umas tive mais proximidade que outras, mas todas contribuíram significativamente com meu aprendizado e vivência em coletivo.

Agradeço aos colegas da CGM, em especial a equipe COAFI (Tereza, Jéssica, Raquel, Louise, Sandra e Carla) com quem tenho compartilhado minhas tardes e em pouco tempo se tornaram mais que colegas de trabalho pelo carinho, compreensão e apoio que tenho recebido.

Agradeço a todos os professores que contribuíram com minha formação, em especial ao Prof. Manuel Andrade que contribuiu para que eu conhecesse e participasse de programas de Aprendizagem Cooperativa que me estimularam a ingressar e permanecer na universidade, a Profa. Ana Batista que admiro, não só por sua capacidade intelectual, mas principalmente por seu dom de professora e saber estimular os alunos a pesquisa.

Agradeço aos professores que aceitaram o convite para participarem da banca examinadora, Prof. Aécio de Oliveira e Profa. Amanda Conrado. Que se mostraram sempre solícitos e dispostos a ajudarem e que também contribuíram com minha formação.

Por fim, agradeço imensamente ao prof. Fabio Maia Sobral que aceitou ser meu orientador, sempre foi solícito quando o procurei e acreditou em mim quando nem eu mais acreditava, sendo fundamental para a realização deste trabalho.

"Não há maior absurdo que pretender mudar os resultados repetindo sempre a mesma fórmula." (Albert Einstein).

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade analisar as potencialidades da Economia Solidária como uma alternativa ao modo de produção tradicional. A importância desta análise se dá pelos sinais de incapacidade que o capitalismo vem apresentando de absorver parte dos trabalhadores no setor formal da economia devido às mudanças estruturais que sofreu nos últimos anos. A crise do capitalismo provocou aumento do desemprego e precarização nas relações de trabalhos formais. Além de ajudar a diminuir o problema do desemprego, a Economia Solidária apresenta uma proposta sustentável diferenciada do capitalismo baseada em princípios de cooperação, autogestão, comércio justo, desenvolvimento social e ambiental. Através de uma abordagem qualitativa, auxiliada com dados quantitativos secundários e pesquisa bibliográfica, foi constatado que os empreendimentos solidários continuam a existir mesmo depois do processo de reestruturação capitalista. No entanto, para que se consolide como economia alternativa, ainda necessita de maior apoio por parte dos movimentos sociais e articulações de apoio, como também dos governos, mas principalmente do engajamento e participação dos empreendedores solidários.

Palavras-chave: Economia Solidária. Economia Alternativa. Cooperação.

ABSTRACT

This work aims to analyze the capabilities of Solidarity Economy as an alternative to the capitalist method of production. This analysis is important because capitalism is showing signs of inability in absorbing part of the workers by the formal sector of the economy due to structural changes that occurred over the last few years. The crisis of capitalism caused an increase in unemployment and a deterioration of formal labor relations. Besides helping to decrease the problem of unemployment, Solidarity Economy presents a sustainable approach, unlike capitalism, based on the principles of cooperation, self-management, fair trade, social and environmental development. Using a qualitative approach supported by secondary quantitative data and bibliographical research, it was verified that solidarity ventures continue to exist even after the capitalist restructuring process. However, in order to consolidate them as an alternative economy, bigger support is needed, from social movements and backup initiatives, as well as from the government, but mostly from the engagement and participation of solidarity entrepreneurs.

Keywords: Solidarity Economy. Alternative Economy. Cooperation.

LISTA DE SIGLAS

ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
Anteag	Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão
CNES	Conselho Nacional de Economia Solidária
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EES	Empreendimentos Econômicos Solidários
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FSM	Fórum Social Mundial
GT- Brasileiro	Grupo de Trabalho Brasileiro
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG	Organização não governamental
PAC	Projetos Alternativos Comunitários
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SIES	Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária
Unisol	União e Solidariedade das Cooperativas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição dos Empreendimentos Econômicos Solidários por região.....	30
Gráfico 2 – Local de atuação do empreendimento (%).	30
Gráfico 3 – Categoria social dos sócios e sócias (%).	32
Gráfico 4 – Motivos de criação dos EES.....	33
Gráfico 5 – Principais atividades econômicas realizadas pelos empreendimentos (%)....	34
Gráfico 6 – Necessidade de financiamento.....	35
Gráfico 7 – Investimentos no empreendimento nos 12 meses anteriores a pesquisa.....	35
Gráfico 8 – Acesso a crédito ou financiamento nos 12 meses anteriores a pesquisa.....	35
Gráfico 9 – Acesso a apoio, assessoria ou capacitação (%).	36
Gráfico 10 – Participação em rede ou fórum de articulação.....	37
Gráfico 11 – Participação de movimentos sociais, populares ou sindicais.....	37
Gráfico 12 – Participação ou desenvolvimento de ação social ou comunitária.....	38
Gráfico 13 – Remuneração ou gratificação de dirigentes pelo exercício do cargo ou função.....	38
Gráfico 14 – Conquistas.....	39
Gráfico 15 – Desafios.....	40

LISTA DE TABELAS E QUADRO

Quadro 1 – Características dos EES.....	28
Tabela 1 – Quantidade de sócios.....	31
Tabela 2 – Forma de organização.....	31

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	17
2.1	Origens da Economia Solidária.....	17
2.2	Economia Solidária no Brasil.....	18
2.3	Movimentos e articulações em prol da Economia Solidária no Brasil.....	20
2.4	Políticas públicas voltadas para Economia Solidária.....	21
3	RESULTADOS.....	23
3.1	Resultado da coleta bibliográfica.....	23
3.2	Resultado da coleta de dados do mapeamento de Economia Solidária no Brasil.....	28
3.2.1	<i>Características Gerais dos Empreendimentos Solidários no Brasil.....</i>	29
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS.....	44

1 INTRODUÇÃO

O sistema capitalista vem mostrando sinais de decadência e incapacidade de absorção dos trabalhadores no setor formal da economia. As últimas décadas foram marcadas por mudanças estruturais, de ordem econômica e social, como: desemprego, degradação das relações de trabalho. Estes eventos fragilizaram o modo de produção tradicional. Um exemplo foi a crise do capitalismo que provocou um aumento do desemprego e precarização nas relações de trabalhos formais. Como alternativa, os trabalhadores que não conseguem ingressar no mercado formal de trabalho buscam novos meios para geração de renda a fim de garantirem sua sobrevivência.

Nesse contexto, a Economia Solidária se apresenta como uma opção aos que se encontram fora do mercado de trabalho. A Economia Solidária teria potencial para protagonizar uma alternativa ao modo de produção tradicional, levando em consideração sua expressiva e crescente presença nos anos recentes, no Brasil, e sua racionalidade econômica diferenciada em relação ao sistema dominante.

O termo “Economia Solidária” é utilizado por muitos autores para designar diversas práticas econômicas e sociais com princípios baseados na solidariedade, cooperativismo, autogestão, comércio justo e desenvolvimento social. As formas de organização e atuação são bem variadas como, por exemplo, associações, cooperativas, clubes de troca, redes de cooperação, entre outras. Por terem uma proposta comum, baseada nos princípios supracitados, se diferem do modo de produção tradicional onde o individualismo e interesse em acumulação de bens prevalecem sobre as condições de vida de todos os indivíduos envolvidos.

A atenção e debates sobre esse novo modo de produção vêm sendo cada vez mais constante por conta da sua disseminação no Brasil e também em outros países, como estratégia de resistência e lutas sociais contra o desemprego e a pobreza. “Essa discussão, [...] ressurge no momento atual, tendo em vista a grande quantidade de experiências que vêm se espalhando pelo mundo a fora, em virtude das mudanças que têm ocorrido no mercado de trabalho.” (LEITE, 2009, p.32). Como se trata de um fenômeno atual e em constante modificação requer compreensão do contexto no qual se encontra inserida e análise suas potencialidades e limites.

[...] sendo o contexto em expansão das experiências associativas o da crise generalizada (capital ambiental, de um modo de acumulação, do trabalho assalariado, de uma forma de estar no mundo), tais experiências carregam consigo as disjuntivas de risco e possibilidade, de velho e novo, emergindo, portanto, como

portadoras a um só tempo de um conjunto de potencialidades e de limites (LEITE, 2009, p. 33).

Este trabalho tem como objetivo geral fazer uma análise das potencialidades e limites da Economia Solidária como alternativa ao modo de produção dominante. E como objetivos específicos: Compreender o contexto histórico no qual a Economia Solidária foi inserida; e interpretar a E.S. como uma alternativa ao modo de produção tradicional. Para dar conta do objeto de estudo este trabalho foi dividido em quatro capítulos: Introdução, Contextualização Histórica, Resultado de Coleta Bibliográfica e Considerações Finais.

Na Introdução é feito um apanhado geral da Economia Solidária, o modo como este trabalho foi organizado a fim de atingir o objetivo proposto, assim como também, a metodologia utilizada para sua execução; a Contextualização Histórica foi dividida em quatro seções onde foram abordadas as origens da Economia Solidária, a situação econômica e social do período de surgimento no Brasil, as ações de movimentos e articulações de apoio à Economia Solidária, assim como também, às políticas públicas voltadas para Economia Solidária; Nos Resultados são apresentados a bibliografia e dados do mapeamento pesquisados, analisados e, em seguida, confrontados; Finalmente é feita, no quarto capítulo, as Considerações finais, baseada em tudo que foi exposto no trabalho.

Os métodos e materiais utilizados para realização deste trabalho foram escolhidos e desenvolvidos no decorrer da pesquisa. De acordo com Gil (2002), a pesquisa é uma atividade racional e sistemática com o intuito de proporcionar respostas a problemas propostos, sendo esta atividade desenvolvida mediante o concurso de conhecimentos disponíveis e a partir da utilização criteriosa de métodos técnicos e outros procedimentos científicos. Sendo assim, a escolha metodológica não deve ser um dado de partida da pesquisa, mas sim uma construção a que se chega pela análise da realidade que se pretende conhecer e dos objetivos propostos pelo trabalho.

Esta pesquisa tem uma abordagem qualitativa, pois variáveis numéricas não são suficientes para analisar o objeto de estudo em questão. Segundo Fonseca, “a pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.” (Fonseca, 2002, p.20). No entanto, foram utilizados alguns artifícios quantitativos como uma ferramenta para auxiliar numa melhor compreensão da realidade atual. “A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente” (Fonseca, 2002, p.20). Para isso, foram utilizados dados quantitativos secundários disponibilizados pelo SIES.

Foram utilizadas também técnicas de estudos bibliográficos através do levantamento e análise de informações em documentos escritos e rede eletrônica.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema, também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas. (GIL, 2002, p. 44)

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Para compreender melhor o objeto de estudo deste trabalho, é fundamental tomar conhecimento de suas origens, assim como, das principais transformações estruturais no cenário econômico brasileiro que ocorreram nas últimas décadas. “A difusão das experiências de Economia Solidária não pode ser pensada sem o cuidado de inseri-las no quadro do conjunto de transformações que vêm reconfigurando o social.” (LEITE, 2009, p. 32). A partir da contextualização história, poderemos entender como e porque a Economia Solidária surgiu e os caminhos que percorreu para se consolidar como opção de trabalho utilizada por muitos trabalhadores excluídos do trabalho assalariado.

2.1 Origens da Economia Solidária

Alguns estudiosos, entre eles, Paul Singer e Inácio Gaiser consideram que a Economia Solidária teve origem no século XIX, na Europa, ainda no período da Primeira Revolução Industrial, embora ainda não concebida com esta denominação. Assim sendo, teve como precursores os chamados socialistas utópicos como Robert Owen, Saint-Simon, Louis Blanc, Fourier e Proudhon. Entre os quais, estão os responsáveis por viabilizar as primeiras experiências que se concretizaram na forma de comunidades cooperativas. Várias comunidades ou aldeias cooperativas foram organizadas na Inglaterra e nos Estados Unidos, a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochedale foi a mais famosa cooperativa de consumo da época. Estes idealizadores queriam construir um novo modo de viver, se opondo às tendências de redução da economia, ao princípio do mercado e à racionalidade da acumulação privada, através da emancipação dos trabalhadores do modo de produção capitalista com propostas alternativas de produção. Os trabalhadores se libertariam do modo de produção vigente e da dependência de salário organizando-se em associações e cooperativas, tornando-se donos dos meios de produção, com direito de participarem dos processos de decisão das organizações. (SINGER, 2002a; GAISER, 2013; KOROSUE & GUIMARÃES, 2012).

As comunidades tinham uma proposta autogestionária, onde as decisões seriam tomadas de maneira coletiva e todos seriam donos dos meios de produção. No entanto, tiveram forte repressão por parte da classe patronal e dos Governos vigentes por conter

propostas políticas que iam contra os interesses capitalistas. Nas primeiras décadas do século XX, as vertentes sobre as quais se edificou a experiência da Economia Social começaram a dar sinais de enfraquecimento. (LECHAT, 2002; SOUSA, 2003; GAISER, 2013)

Para Singer, a economia social, que deu suporte à Economia Solidária, nunca deixou de existir. Com suas próprias palavras:

Desde a primeira Revolução Industrial, o capitalismo esteve no comando do desenvolvimento, sem excluir, no entanto, formas alternativas de desenvolvimento que hoje surgem como solidárias. A título de exemplos históricos, podemos rememorar o desenvolvimento cooperativo ocorrido inicialmente na Grã Bretanha, a partir do início do século XIX, e que se difundiu pelo mundo todo desde então. A chamada *economia social* nunca desapareceu, sendo formada hoje por entidades cooperativas de compras e vendas, de produção, de crédito, de seguros (conhecidas como *mutuárias*), de habitação e que representa o resultado de mais de um século de desenvolvimento solidário (SINGER, 2004, p. 9, grifo do autor).

Depois de um período fausto de acumulação de capitais, o capitalismo entra em uma fase de crise de produção a partir dos anos 70 do séc. XX. O modelo de acumulação taylorista/fordista de produção, então vigente, encontra-se em fase de esgotamento, os lucros são menores por conta do excesso de produção, além disso, houve nesse período a crise do petróleo que causou impacto econômico mundial. Para se recuperar o capitalismo passa por um processo amplo de reestruturação. Uma série de transformações sociais ocorreram nesse contexto, dentre elas, o ressurgimento de alternativas com viés para a solidariedade e associativismo. (SINGER, 2004; BARBOSA, 2012).

As mutações no universo produtivo, do trabalho e da dominação que passam se tornar mais explícitas a partir dos anos 1980 e 1990 configuram a estratégia restauracionista de forjar contratendências para a queda da taxa de lucros e para o desgaste das bases de dominação. [...] No tocante à reorganização produtiva, operou-se a reestruturação da produção e do trabalho de modo a instrumentalizar a recomposição da feição expansionista do capital em patamares mais dinâmicos. (BARBOSA, 2012, p. 37-38)

2.2 Economia Solidária no Brasil

No Brasil a Economia Solidária faz um resgate das propostas e ideais políticos difundidos no início do século XIX, assim como das lutas históricas dos trabalhadores das comunidades cooperativas contra o avanço do capitalismo. Ela ressurge no final do século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho e se tornou mais expressiva por volta da década de 1980, quando a crise do capitalismo afetou o mercado de trabalho provocando desemprego em massa e condições precárias de trabalho. (SINGER, 2002b).

A economia solidária surgiu historicamente como reação contra as injustiças perpetradas pelos que impulsionam o desenvolvimento capitalista. Foi assim desde a primeira revolução industrial e continua sendo hoje, quando o mundo passa pela terceira. A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento, que mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir. O seu propósito é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma mais igual e menos casual. (SINGER, 2004, p. 11).

Antes da década de 1980 basicamente só existiam experiências de cooperativas de crédito, agrícolas e habitacionais. Por conta da crise econômica, fim do período militar e mudanças na reestruturação produtiva nas empresas capitalistas, ocorre um aumento significativo nas cooperativas de trabalho. A crise econômica que atingiu o país entre 1981 e 1983 e a crise dos anos 1990, após a abertura dos mercados, levaram muitas fábricas à falência e fechamento, o que fez com que aumentasse o número de desempregados. A partir disso, começam a surgir iniciativas, por parte dos trabalhadores, de assumir o controle das empresas atingidas pela crise. Os trabalhadores tiveram a iniciativa de buscar recuperar empresas que estavam falindo a fim de permanecerem em seus postos de trabalho. (LEITE, 2009). A legislação passou a facilitar a aquisição de instalações e instrumentos de trabalho dos antigos patrões. Leite (2009) acrescenta que é nesse contexto que serão fortalecidas medidas voltadas à geração de emprego e renda, sendo a Economia Solidária uma alternativa importante.

Nesse mesmo sentido Barbosa (2012) também associa a busca de alternativas de trabalho ao desemprego e a precarização das relações trabalhistas.

Ao desemprego associa-se a precarização baseada na degradação das condições e relações de trabalho, que reestrutura o mercado e aumenta a heterogeneidade social com trabalhos parciais, terceirizados, temporários, com sérias consequências para os processos de solidariedade e de formação de identidades coletivas entre os trabalhadores. (BARBOSA, 2012, p. 41)

Pochmann (2004) destaca dois movimentos específicos que contribuíram com o avanço inicial desse movimento. O primeiro foi o aparecimento de um enorme excedente de mão-de-obra, acompanhada por crescimento do mercado informal e condições precárias de trabalho. O segundo movimento foi a busca por modelos alternativos de gestão ao sistema capitalista, norteado por um conjunto de militantes sociais com interesse em buscar apoio para oferecer meios de geração de trabalho, renda e mudança no modo de vida para aqueles que foram excluídos do mercado formal. (POCHMANN, 2004).

É nesse cenário que as iniciativas em busca de alternativas econômico-sociais vão se organizando. A contribuição de movimentos sociais e outras organizações são

fundamentais nesse processo, principalmente para criação de uma identidade em meio a tantas formas de organização dos empreendimentos solidários que estão surgindo.

2.3 Movimentos e articulações em prol da Economia Solidária no Brasil.

As experiências autogestionárias e solidárias tiveram como suporte a atuação de movimentos sociais, igrejas, ONGs, sindicatos e partidários de esquerda, que contribuem com a organização em fóruns, feiras, redes, entre outras iniciativas, que ajudaram na organização do movimento. Dentre os projetos que contribuem com a Economia Solidária no Brasil podemos citar: os Projetos Alternativos Comunitários (PACs), criados pela Cáritas, uma entidade católica que trabalha na defesa dos direitos humanos, do desenvolvimento sustentável solidário e promoção de uma sociedade justa, igualitária e plural, junto com as pessoas em situação de exclusão social; as Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, iniciativa de várias universidades a partir da década de 90, que ofereciam assessorias técnicas a empreendimentos solidários; e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que promoveu a construção de cooperativas nos assentamentos de reforma agrária. Outro modo de surgimento de empreendimentos cooperativos foi a tomada de empresas em processo de falência que foram reerguidas sob os princípios solidários. Foram criadas também organizações com o intuito de fomentar e organizar as atividades da Economia Solidária como a Associação Nacional dos Trabalhadores em Autogestão (Anteag), criada no ano de 1994, com origem focada em oferecer assessoria técnica e suporte às empresas autogestionárias e apoio a recuperação de empresas falidas gerenciadas pelos trabalhadores; a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), organizada em 1999 pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) que promove a difusão de conhecimentos sobre Economia Solidária a sindicatos e entidades de fomento; e a União e Solidariedade das Cooperativas (Unisol) fundada em 2000, surge da vontade das cooperativas nascidas com o apoio institucional do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e de Sorocaba, e do Sindicato dos Químicos do ABC, entre outros (SINGER, 2002a; SOUZA, 2003).

A partir desses movimentos e do interesse em discutir a Economia Solidária como um todo houve a necessidade de articulação e organização que culminou na realização do I Fórum Social Mundial (FSM), houve também a constituição do Grupo de Trabalho Brasileiro (GT- Brasileiro) de Economia Solidária, composto de redes e organizações de uma

diversidade de práticas associativas do segmento popular solidário. Em 2003 foi criado, de modo definitivo, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES). (FÓRUM..., c2015).

Desse modo, através de vertentes diferenciadas a Economia Solidária vai ganhando forma, mesmo que apresente um quadro bem heterogêneo de formas de atuação, vai sendo criada uma identidade entre os empreendimentos solidários e as entidades de assistência de fomento. Concomitante a isso, os debates sobre essas experiências se tornam mais frequentes na busca de conseguir caracterizar o modelo emergente e analisar suas possibilidades e limitações (SOUZA, 2003; POCHMANN, 2004; LEITE, 2009).

2.4 Políticas públicas voltadas para Economia Solidária

Nos últimos anos cresce o apoio de órgãos públicos, que passam a ver a Economia Solidária como uma ferramenta política que possa ajudar a amenizar problemas como desemprego e desigualdade social. O seu crescimento e sua expansão dependem tanto dos esforços governamentais quanto da capacidade de organização política dos que fazem a Economia Solidária no Brasil. Em 2003, ganha apoio em âmbito nacional através da criação do Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). O objetivo de sua criação é promover o fortalecimento e a divulgação da dessa alternativa mediante políticas integradas visando o desenvolvimento por meio da geração de trabalho e renda com inclusão social. O Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) foi criado pelo mesmo ato legal que instituiu a SENAES e foi concebido como órgão consultivo e propositivo para a interlocução permanente entre setores do governo e da sociedade civil que atuam em prol da Economia Solidária. O SENAES criou o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), que de acordo com o Boletim Informativo do SENAES (2013), foi desenvolvido sob a coordenação da Comissão Gestora Nacional em parceria com o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) como ferramenta para identificação e registro de informações de empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento, e políticas públicas de Economia Solidária no Brasil. E apresenta os seguintes objetivos:

- a) Constituir uma base nacional de informações em Economia Solidária com identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento à Economia Solidária;
- b) Fortalecer e integrar Empreendimentos Econômicos Solidários em redes e arranjos produtivos e organizativos nacionais, estaduais e territoriais, através de catálogos de produtos e serviços a fim de facilitar processos de comercialização;

- c) Favorecer a visibilidade da Economia Solidária, fortalecendo processos organizativos, de apoio e adesão da sociedade;
 - d) Subsidiar processos públicos de reconhecimento da Economia Solidária;
 - e) Subsidiar a formulação de políticas públicas;
 - f) Subsidiar a elaboração de marco jurídico adequado à Economia Solidária; e
 - g) Facilitar o desenvolvimento de estudos e pesquisas em Economia Solidária.
- (SENAES, 2013, p.1)

Uma das ações executadas com o intuito de atingir os objetivos acima listados foi a realização de dois mapeamentos nacionais da Economia Solidária, o primeiro ocorreu entre os anos de 2005 e 2007, e o segundo ocorreu entre 2009 e 2012. Foram feitos através de questionários aplicados em empreendimentos solidários, com a finalidade de construir um banco de dados, fazer uma análise da situação da Economia Solidária no Brasil e servir como base para elaboração de projetos de apoio mais eficiente. Mais adiante serão apresentadas algumas informações retiradas desses mapeamentos.

Outra ação importante é a realização de conferências nacionais que propiciam momentos de participação ativa da sociedade nos debates sobre temas e questões relevantes à alternativa em questão, e possibilita a expressão direta dos diversos interesses, necessidades, demandas e proposições de diferentes setores da Economia Solidária, da sociedade e do poder público. A 1^a Conferência Nacional de Economia Solidária (CONAES), realizada em 2006, contribuiu com a afirmação dos fundamentos e a identidade da Economia Solidária enquanto estratégia e política de desenvolvimento. Em 2010, a 2^a CONAES fortaleceu o processo de diálogo com o poder legislativo para avançar em uma legislação nacional da Economia Solidária. Assim como também, elaborou objetivos e iniciativas das políticas públicas federais de economia solidária no Plano Plurianual do Governo Federal para o período de 2012 a 2015. Na 3^a CONAES, realizada em 2014 foi elaborado primeiro Plano Nacional de Economia Solidária que tem como objetivo promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável criando o ambiente para um grande pacto nacional em torno do fortalecimento da Economia Solidária no Brasil. (BRASIL, 2015b).

Recentemente, o Plano Nacional de Economia Solidária 2015 – 2019 foi aprovado, através da Resolução Nº 6, de 26 de março de 2015. Isso nos mostra que a Economia Solidária continua não só como pauta de discursão por alguns órgãos governamentais, mas também com políticas públicas ativas direcionadas para seu desenvolvimento. (BRASIL, 2015b).

3 RESULTADOS

Foram analisados os dados da coleta bibliográfica, a partir de obras relacionadas a Economia Solidária como alternativa econômica e social, e do mapeamento realizado pelo SIES.

3. 1 Resultado da coleta bibliográfica

O questionamento sobre um modo alternativo de produção e vivência em sociedade não é atual. Hinkelammert e Jiménez (2009) apontam alguns pensadores e suas respectivas obras, na busca por uma resposta para essa indagação filosófica. Na Antiguidade Clássica foi colocado Platão, em *A República*, no Renascimento e na Modernidade, foram citados os teóricos Thomas More, em *Utopia*, Francis Bacon, em *A Nova Atlântida*, e Tomás Campanella, em *A Cidade do Sol*. A busca por formas alternativas de viver, de um modo geral, reflete uma insatisfação com o modo vigente. Os autores colocam que é preciso ter cuidado ao pensar em modelos alternativos para evitar buscar algo perfeito que não possa ser factível na prática.

[...] qualquer proposta de sociedade vinculada a uma plenitude perfeitamente impossível termina por se autodeturpar, já que sua consecução fática é tida como passos em direção aos quais aquele infinito distancia-se da concepção. (HINKELAMMERT E JIMÉNEZ, 2009, p. 14).

Pensadores da atualidade continuam com esses questionamentos em busca de soluções para os problemas causados pelo capitalismo. Segundo Gaiser (2009) e Paul Singer (2002a) desde o século XIX, são germinados pensamentos e tentativas de se instituírem formas de economia alternativa distintas da lógica mercantil capitalista, que almejam uma sociedade mais justa e igualitária, onde sejam garantidos meios de subsistência para a massa de trabalhadores desprezada pelas empresas capitalistas.

Antes de pensar em alternativas ao capitalismo é necessário compreender todo o contexto social e econômico, assim como o processo de formação do senso comum que legitima o modelo dominante como modo de produção mais eficiente para enfim, poder pensar num modelo alternativo de acordo com a realidade e necessidades da sociedade. Para difundir novas alternativas é preciso ter o cuidado de conhecer o quadro social existente e analisar as vantagens e desvantagens da disfunção de um novo modelo. (CORAGGIO,1999; LEITE, 2009)

Disputar essa hegemonia implica ampliar o espaço para a crítica profunda destas décadas de crise social e exercício arbitrário do poder neoconservador. Implica também compreender como se formou e se sustenta esse senso comum legitimado que atualmente influencia profundamente em nossas sociedades. Assim podemos pensar coletivamente alternativas que nos reposicionem como sociedades democráticas, capazes de regular nossa economia, defender a justiça e autodeterminarmos como membros responsáveis de um mundo global. (CORAGGIO, 1999, p. 4, tradução nossa¹).

Singer (2002a) afirma que o capitalismo, mesmo sendo o modo de produção dominante, não tem condições de englobar toda a população economicamente ativa e, por isso, são desenvolvidos modos alternativos de produção. De um modo geral é atribuído às crises capitalistas o ressurgimento dos modelos alternativos de produção e geração de renda. “A economia solidária estaria emergindo como fruto ao mesmo tempo da crise da sociedade salarial e do processo de terceirização da economia.” (LEITE, 2009, p. 33). Por causa das crises econômicas e sociais geradas pelo modo de produção vigente a Economia Solidária encontra espaço para se desenvolver e se disseminar na sociedade, mas para que se torne uma alternativa concreta é imprescindível que os agentes envolvidos se tornem engajados e conscientes que são responsáveis por sua organização, e não percam de vista os princípios da Economia Solidária. Esses empreendimentos requerem um esforço adicional e participação efetiva dos sócios para que consigam se manter. Singer diz que “maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige.” (SINGER, 2002 p. 19)

De acordo com essa necessidade de conscientização fundamental para a continuidade de outros modos de produção, Warren (1996) coloca que as formas alternativas de produção devem ser viáveis economicamente, pois precisam se manter em um sistema já existente, mas, além disso, devem promover espaços de conscientização e desenvolvimento de cidadania para fortalecer os ideais propostos em contraposição ao modelo dominante. (WARREN, 1996 apud GAISER, 2007).

Coraggio (1999) também ressalta a importância do processo de difusão de aprendizagem que possibilite uma visão mais sistêmica por parte dos envolvidos.

¹ Texto original: CORAGGIO, 1999, p.4. Disputar esa hegemonía implica ampliar el espacio para la crítica profunda de estas décadas de traumatismo social y de ejercicio arbitrario del poder neoconservador. También implica comprender cómo se conformó y sostiene ese sentido común legitimador que hoy cala hondo en nuestras sociedades. Así podremos pensar colectivamente alternativas que nos reposicionen como sociedades democráticas, capaces de regular nuestra economía, defender la justicia y autodeterminarnos como miembros responsables de un mundo global.

Gerar propostas alternativas sobre política social urbana requer de uma comunidade de atores de amplo alcance e diversidade de pontos de vista. Também é necessária acelerar a aprendizagem horizontal, para recuperar as experiências que estão ocorrendo na América Latina, ampliando o campo de visão e proposição dos atores diretamente envolvidos e dos analistas nesta área. (CORAGGIO, 1999, p. 129, tradução nossa²).

É ao lado do sistema capitalista e sob suas deficiências que formas socialistas de geração de renda e distribuição são desenvolvidas. As alternativas devem ser analisadas dentro do contexto em que está inserida e identificar suas possibilidades de desenvolvimento e manutenção, assim como também, seus limites e ameaças. De acordo com Singer:

Se as instituições anticapitalistas são sementes socialistas plantadas nos poros do capitalismo para resistir às tendências destrutivas e concentradoras da dinâmica capitalista, é necessário discutir mais detidamente essas tendências, distinguindo-as das contratendências que surgem como reação a elas. (SINGER, 1999, p. 114).

As iniciativas que fomentam o movimento de Economia Solidária, assim como seus fundamentos devem ser incorporadas por todos aqueles envolvidos no processo de desenvolvimento, implantação e disseminação do novo modelo, a fim de se tornarem mais sólidas e consistentes.

Estas formas reativas, abandonadas a si, tendem a ficar marginalizadas, por terem pouca significação social e pequeno peso econômico. Mas, elas têm um respeitável potencial de crescimento político, se o movimento operário - sindicatos e partidos - apostar nelas como alternativa viável ao capitalismo. (SINGER, 1999, p. 182)

Alguns pensadores como Singer, Gaiser e Cattani mostram uma visão mais otimista com relação à Economia Solidária como modelo alternativo. Cattani (2009) se refere à Economia Solidária como “aquele que se apresenta como alternativa material e humana superior à economia capitalista” (CATTANI, 2009, p. 7). Para ele, além de configurar como alternativa, apresenta-se como algo superior ao sistema vigente, pois seus princípios e valores se opõe a exclusão social a práticas predatórias do meio ambiente características do capitalismo.

"A construção do novo, do socialmente mais avançado, remete a processos complexos que ultrapassam a mediocridade e as limitações das relações de produção capitalistas. Nestas, os termos associados são concorrência, exploração, acumulação compulsória, exclusão. A outra economia é regida pelos princípios da solidariedade, da sustentabilidade, da inclusão, enfim, da emancipação social. Esses princípios não

² Texto original: Id. Ibid., 129. Generar propuestas alternativas sobre política social urbana requiere de una comunidad de actores de amplio alcance y diversidad de puntos de vista. También es necesario acelerar el proceso de aprendizaje horizontal, para recuperar las experiencias que se están dando en América Latina, ampliando el campo de visión y proposición de los actores directamente implicados y de los analistas en este terreno.

se reduzem a boas intenções, mas constituem realizações concretas, viáveis e, sobretudo, em expansão no mundo inteiro. (CATTANI, 2009, p. 7)

Outros apresentam uma visão mais pessimista ao pensar na Economia Solidária como alternativa que prevaleça em longo prazo. Leite (2009) faz algumas objeções à Economia Solidária a partir da crítica de outros autores que consideram os eventos solidários momentâneos, que surgem por consequência de uma crise capitalista e desaparecem com o passar dela. Empreendimentos solidários apresentam dificuldade de se manterem no meio capitalista em seu período de estabilidade e cita alguns problemas que geram essa dificuldade: “a baixa capitalização, a falta de capacitação técnica dos trabalhadores para gerir os negócios, a falta de comprometimento do conjunto dos trabalhadores com os ideais cooperativistas” (LEITE, 2009, p. 32). Por consequência, não teria uma importância significativa no sentido de causar impacto econômico e social.

Barbosa acredita que por conta da dificuldade de competir com empresas capitalistas, os empreendimentos solidários podem acabar se perdendo dos ideais solidárias sobre os quais foram constituídos.

A tendência é que as virtudes da economia solidária se desintegrem ao se analisar sua potencialidade no mercado, em que as condições tecnológicas da produção auferem maior lucro ao produtor que oferece produtos mais baratos, uma vez que, para o mercado, importa a força de trabalho global, não a do produtor isolado. (BARBOSA, 2012, p. 27)

Leite (2009) identifica outra questão que contribui com a degeneração dos ideais que são as “falsas cooperativas” onde não estão presentes os princípios de autogestão, igualdade e solidariedade e, muitas vezes, funcionam como ferramenta do capitalismo para flexibilização de mão-de-obra. Outro autor que relata esse problema é Souza (2003), ele diz que:

Há diferenças de organizações entre as várias cooperativas existentes, mas grande parte delas permanecem fiéis aos princípios de Rochdale, garantindo democracia, posse e gestão igualitárias entre seus membros. Por outro lado, há inúmeros casos de degenerescência, em que as cooperativas ou se tornaram de poucos donos e muitos empregados, como uma empresa capitalista qualquer, ou se converteram numa forma de precarização do trabalho do grupo de “cooperados”, contratado por um empregador que quer se livrar de encargos trabalhistas e, ainda, remunerar menos os trabalhadores subcontratados. Isso é uma deturpação dos princípios históricos do cooperativismo. (SOUZA, 2003, p.37)

Coraggio também faz críticas ao novo modelo voltadas para os programas sociais que não promovem ações de inclusão, estímulo à organização dos empreendimentos solidários e à difusão dos princípios do novo modelo, com suas palavras:

Os programas sociais mais difundidas não constroem uma alternativa estrutural, que inclua a seus beneficiários como produtores e cidadãos, sendo que estão voltadas para que as pessoas mantenham a esperança de serem algum dia reintegradas ao novo sistema moderno. O reconhecimento de que os cidadãos excluídos são mais do que momentaneamente desempregados ou consumidores temporariamente insatisfeitos, levam apenas a dar a estes programas uma dimensão de “formação para o emprego e renda”, que geralmente é abstrato, estático, não é auto-sustentável, e caso tenha sucesso, de difícil replicabilidade. (CORAGGIO, 1999, p. 7, tradução nossa³)

No entanto, ele também acredita que uma nova alternativa possa ser desenvolvida através do investimento em educação e pesquisa: “A alternativa é impulsionar a educação e a pesquisa como política de investimento, cuja qualidade do processo e produto depende da nossa integração ativa ao estilo de desenvolvimento baseado no conhecimento.” (CORAGGIO, 1999, p. 7, tradução nossa⁴).

³ Texto original: CORAGGIO, 1999, p. 7. Los programas sociales más generalizados no construyen una alternativa estructural, que incluya a sus beneficiarios como productores y ciudadanos, sino que están dirigidas a que la gente aguante y sostenga su esperanza de ser alguna vez reintegrada al nuevo sistema moderno. El reconocimiento de que los ciudadanos excluidos son algo más que desempleados momentáneos o consumidores temporariamente insatisfechos, apenas ha llevado a agregar a estos programas una dimensión de “capacitación para el empleo e ingreso”, que generalmente es abstracta, estática, no autosostenida y, si exitosa, de difícil replicabilidad.

⁴ Texto original: Id. Ibid. p.7. La alternativa es impulsar la educación y la investigación como política de inversión, de la calidad de cuyo proceso y producto depende nuestra integración activa al estilo de desarrollo centrado en el conocimiento.

3.2 Resultado da coleta de dados do Mapeamento de Economia Solidária no Brasil

O SIES foi implantado no ano de 2004 com o intuito de promover uma maior visibilidade da Economia Solidária através da coleta e divulgação de informações sistematizadas da Economia Solidária orientar a fim gerar informações necessárias para elaboração de políticas de apoio ao desenvolvimento desses empreendimentos. Visando este objetivo foi responsável pela realização de dois mapeamentos que resultou em um levantamento de dados sobre a situação da Economia Solidária no Brasil. Para realização dos mapeamentos foi necessário fazer uma classificação das características e estabelecer critérios de definição dos Empreendimentos Econômicos Solidários (EES).

Quadro 1 - Características dos EES

Característica	Descrição
Cooperação	Existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva parcial ou total de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus.
Autogestão	Os participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, de direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses.
Atuação econômica	É a base de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.
Solidariedade	Expressa na justa distribuição dos resultados alcançados, nas oportunidades que levam à melhoria das condições de vida de participantes, no compromisso com um meio ambiente saudável; na participação nos processos de desenvolvimento territorial ou local, nas relações com movimentos sociais e populares independentes, no bem estar dos trabalhadores e consumidores.

Fonte: Elaboração da autora baseada no Manual do Usuário do SIES (BRASIL, 2004).

De acordo com as informações disponibilizadas no site do SENAES os critérios que definem um EES são:

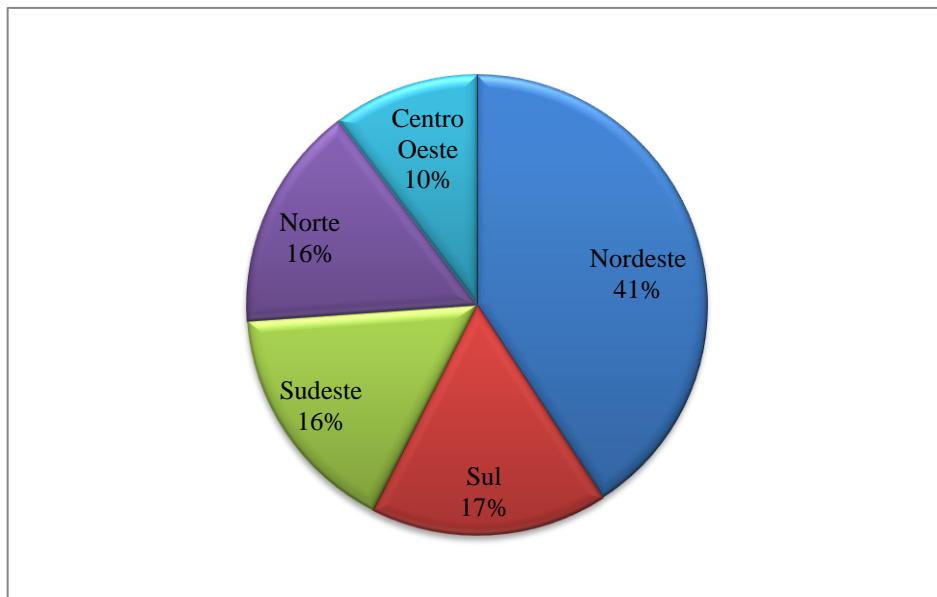
- a) organizações coletivas suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, etc), cujos sócios são trabalhadores urbanos e rurais que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados;
- b) organizações permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir empreendimentos em processos de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica;
- c) organizações que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo à existência real ou a vida regular da organização;
- d) organizações que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a “razão de ser” da organização;
- e) organizações econômicas singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas as organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares. (BRASIL, 2015b)

3.2.1 Características Gerais dos Empreendimentos Solidários no Brasil.

Como base nos dados dos mapeamentos realizados pelo SIES, serão apresentadas algumas informações de como se encontram os EES e, a partir de uma análise, verificar as potencialidades de a Economia Solidária ser considerada uma alternativa ao capitalismo de modo sustentável. O primeiro Mapeamento de Economia Solidária ocorreu entre os anos de 2005 e 2007, tendo abordado 21.859 empreendimentos em 2.934 municípios brasileiros. No segundo mapeamento, que ocorreu entre 2009 e 2012, houve uma redução na quantidade de EES. O SIES identificou 19.708 empreendimentos organizados e distribuídos entre 2.713, em termos gerais houve uma redução de 2.151 empreendimentos. No entanto, também foi constatado o surgimento de pelo menos 5.811 novos EES após o ano de 2004, dado obtido pela declaração de empreendedores solidários que iniciaram suas atividades nos últimos anos.

Quase metade dos empreendimentos que foram mapeados ficam concentrados no Nordeste, que agrupa 41% do total, em seguida a região Sul engloba 17% e as demais regiões seguem com um percentual aproximado. Veja gráfico 1.

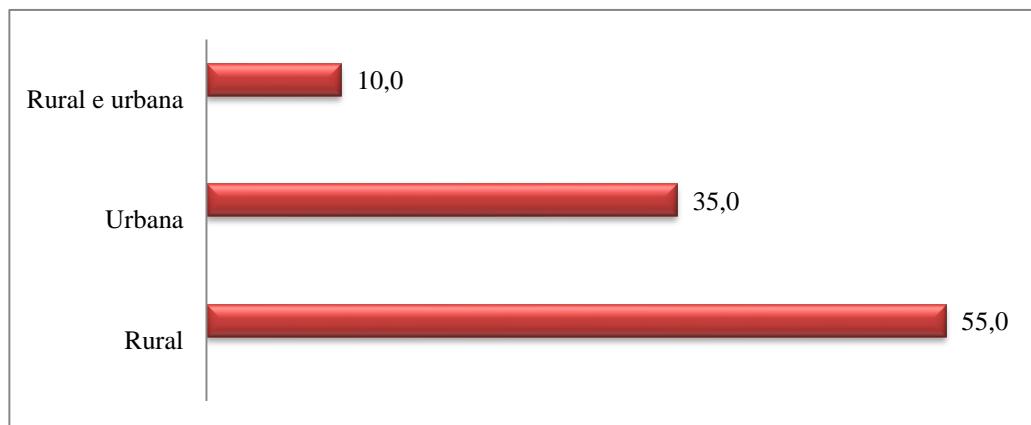
Gráfico 1 – Distribuição dos Empreendimentos Econômicos Solidários por região



Fonte: Elaborado pela autora baseada no Banco de dados do Sies.

Com relação à localização de atuação dos empreendimentos as áreas rurais são bem expressivas e englobam mais da metade, 55%, enquanto a zona urbana responde por 35%. Há também, em menor quantidade, os empreendimentos que atuam tanto nas áreas rurais como nas urbanas e representam 10%. (Gráfico 2)

Gráfico 2 – Local de atuação do empreendimento (%)



Fonte: Elaborado pela autora baseada no Banco de dados do Sies.

O total de sócios é de 1.423.631, sendo que 56,4% correspondem aos sócios do sexo masculino e 43,6% são mulheres. Com relação à forma de organização, a maior parte é constituída como associação, representando 60%, em seguida por grupo informal, que representa 30%, as que se organizam em cooperativas correspondem a, apenas, 8,8% e quantidade de organizações em forma de sociedade mercantil é bem inexpressiva. Essas informações podem ser conferidas nas tabelas 2 e 3 logo abaixo.

Tabela 1 – Quantidade de sócios

Sexo	Quantidade	%
Mulheres	620.258	43,6
Homens	803.373	56,4
Total	1.423.631	100

Fonte: Elaborado pela autora baseada no Banco de dados do Sies.

Tabela 2 – Forma de organização

Local	Total	%
Associação	11.823	60,0
Grupo Informal	6.018	30,5
Cooperativa	1.740	8,8
Sociedade mercantil	127	0,6
Nº EES	19.708	100,0

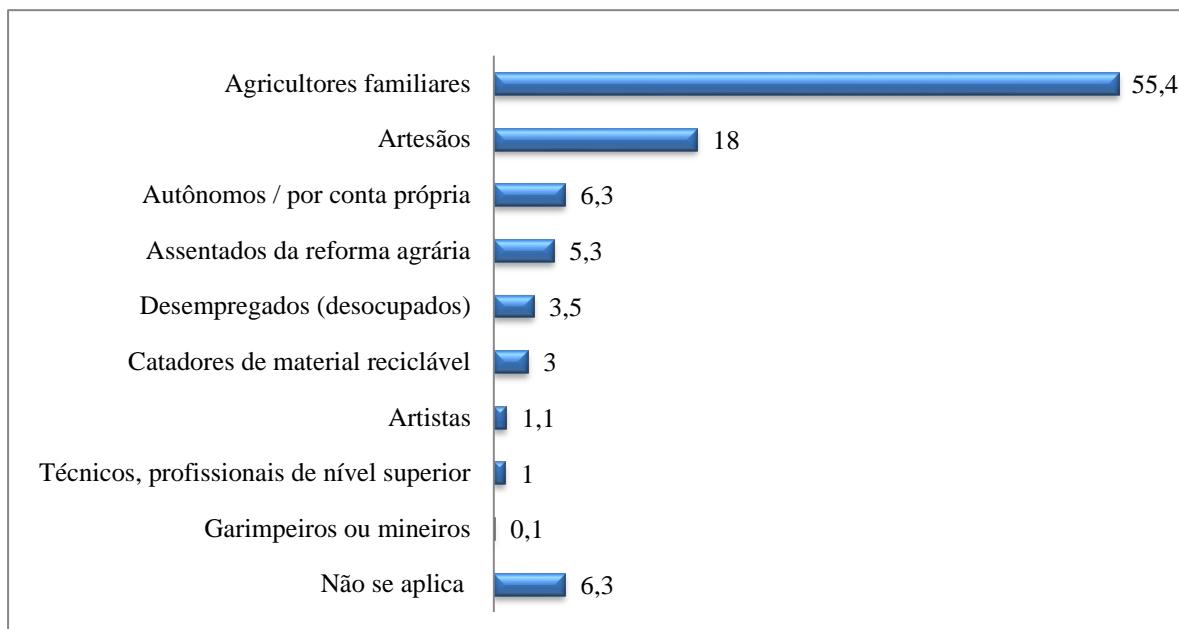
Fonte: Elaborado pela autora baseada no Banco de dados do Sies.

O modo como a maior parte dos empreendimentos está organizada é preocupante, pois se configuram como associação e estas por sua vez, apresentam limitações em termos comerciais. Não podem exercer atividades com fins lucrativos e emitir notas, por exemplo. É necessária a intervenção dos órgãos de assessoria e fomento, no sentido de orientar uma organização institucional mais eficiente de acordo com cada tipo de empreendimento.

De um modo geral, os empreendimentos são compostos por pessoas de baixa de renda que viram na Economia Solidária uma alternativa para complementar a renda e, em alguns casos, até como fonte exclusiva de renda. Dentro das funções desempenhadas pelos sócios fora dos empreendimentos solidários, um pouco mais da metade, 55,4%, tem a

agricultura como atividade principal, seguida do artesanato, com 18 %. Apenas 3,5% utilizam os ganhos no empreendimento como única fonte de renda.

Gráfico 3 – Categoria social dos sócios e sócias (%)

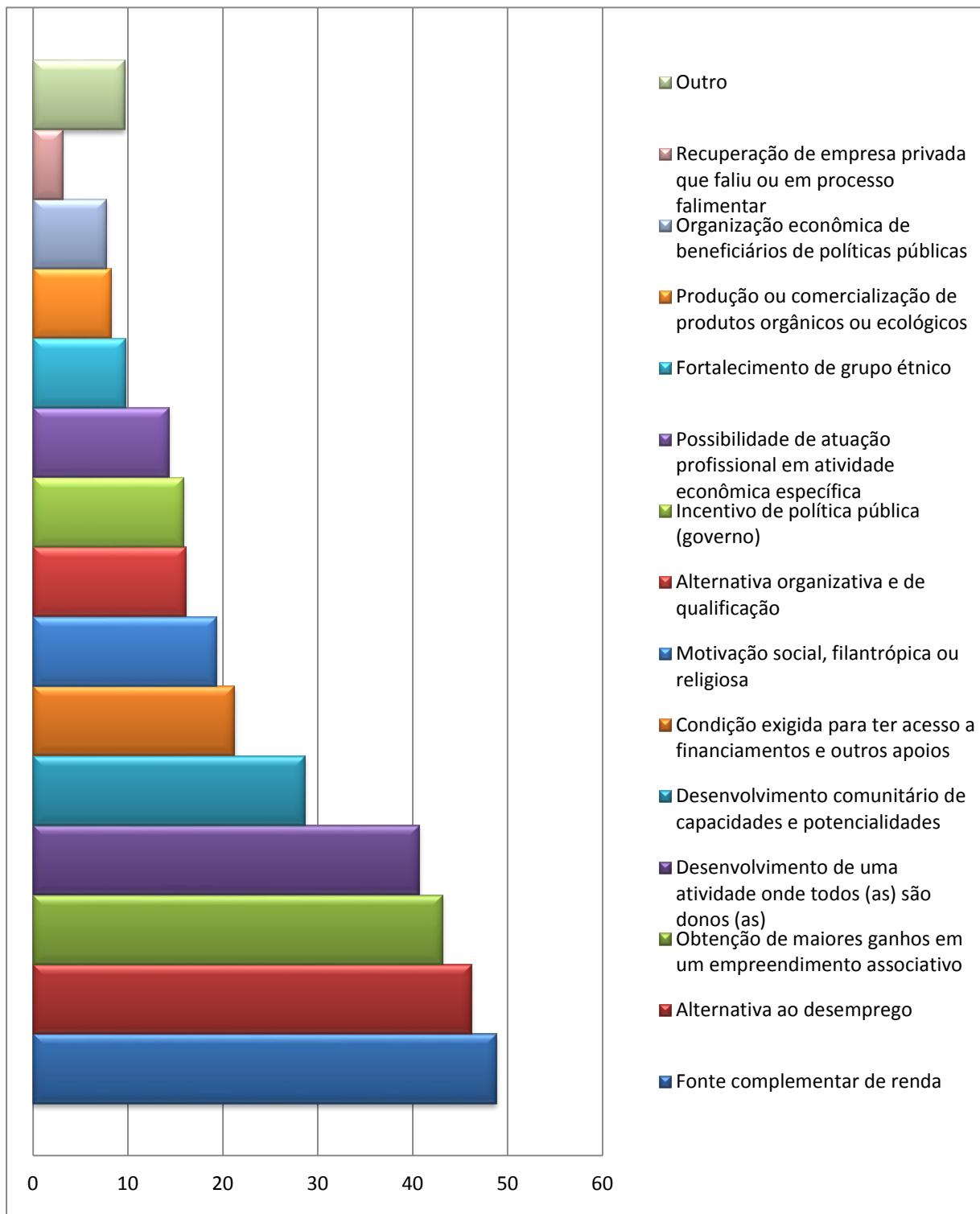


Fonte: Elaborado pela autora baseada no Banco de dados do Sies.

Os empreendimentos apresentam uma grande heterogeneidade, pois envolvem uma diversidade de pessoas com características distintas, que exercem atividades das mais diversas com necessidades e anseios diferenciados, assim como também o contexto social, geográfico e cultural no qual estão inseridas. Os motivos pelos quais optaram por este tipo de empreendimento também são os mais diversos, os citados pelos entrevistados foram: fonte complementar de renda; alternativa ao desemprego; obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo; desenvolvimento de uma atividade onde todos (as) são donos (as); desenvolvimento comunitário de capacidades e potencialidades; condição exigida para ter acesso a financiamentos e outros apoios motivação social, filantrópica ou religiosa; alternativa organizativa e de qualificação; incentivo de política pública (governo); possibilidade de atuação profissional em atividade econômica específica; fortalecimento de grupo étnico; produção ou comercialização de produtos orgânicos ou ecológicos; organização econômica de beneficiários de políticas públicas; recuperação de empresa privada que faliu ou em processo falimentar; entre outros. Sendo que os mais significativos são por se constituir

como fonte complementar; alternativa ao desemprego; obtenção de maiores ganhos em um empreendimento associativo; e por ser uma atividade autogestionária, onde todos são donos.

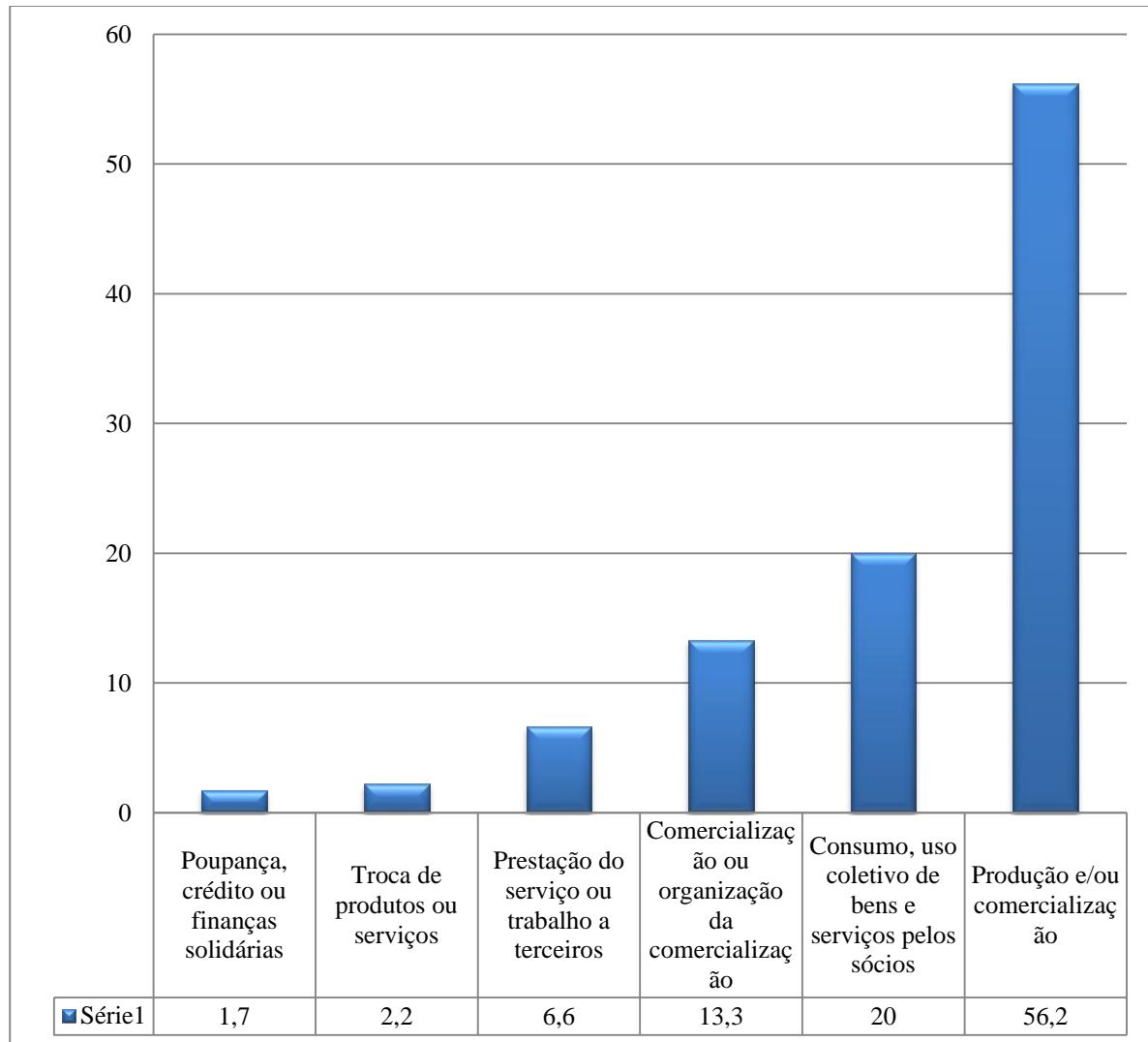
Gráfico 4 – Motivos de criação dos EES



Fonte: Elaborado pela autora baseada no Banco de dados do Sies.

As principais atividades desenvolvidas são as de produção e/ou comercialização, que correspondem a 56,2 %, e as de consumo de bens e serviços pelos sócios, com 20% do total, conforme pode ser observado no gráfico 5.

Gráfico 5 – Principais atividades econômicas realizadas pelos empreendimentos (%)



Fonte: Elaborado pela autora baseada no Banco de dados do Sies.

Com relação à necessidade de investimento foi constatado que 70% dos empreendimentos consultados precisavam de investimentos e que 32% realizou algum tipo de investimento nos 12 meses anterior à pesquisa. Apesar da necessidade de investimento apresentada pela maioria, 77% não buscaram crédito ou financiamento e 12% que buscaram não obtiveram, somente 11% buscou e conseguiu crédito ou financiamento. (Estes dados estão apresentados nos gráficos 6, 7 e 8). É importante ressaltar que conseguir financiamento

para esses empreendimentos pode fazer com que estes se desenvolvam melhor como também pode trazer consequências negativas caso os empreendedores não saibam administrá-lo. Isso pode gerar endividamento e dependência financeira.

Gráfico 6 – Necessidade de financiamento



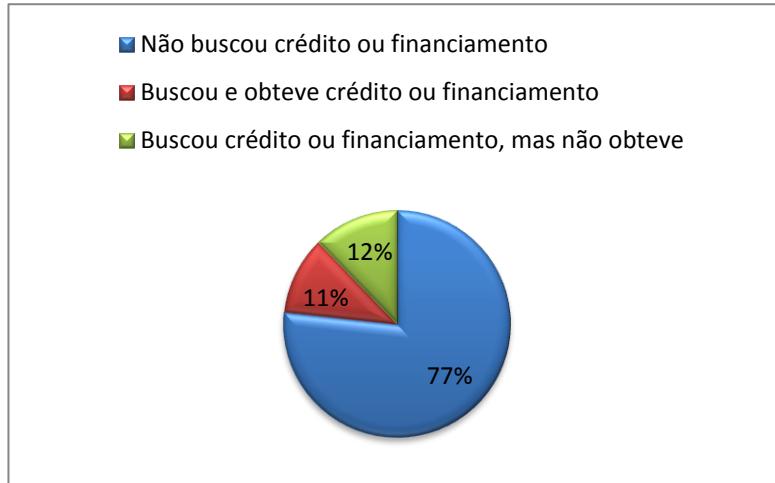
Fonte: Elaborado pela autora baseada no Banco de dados do Sies.

Gráfico 7 – Investimentos no empreendimento nos 12 meses anteriores à pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora baseada no Banco de dados do Sies.

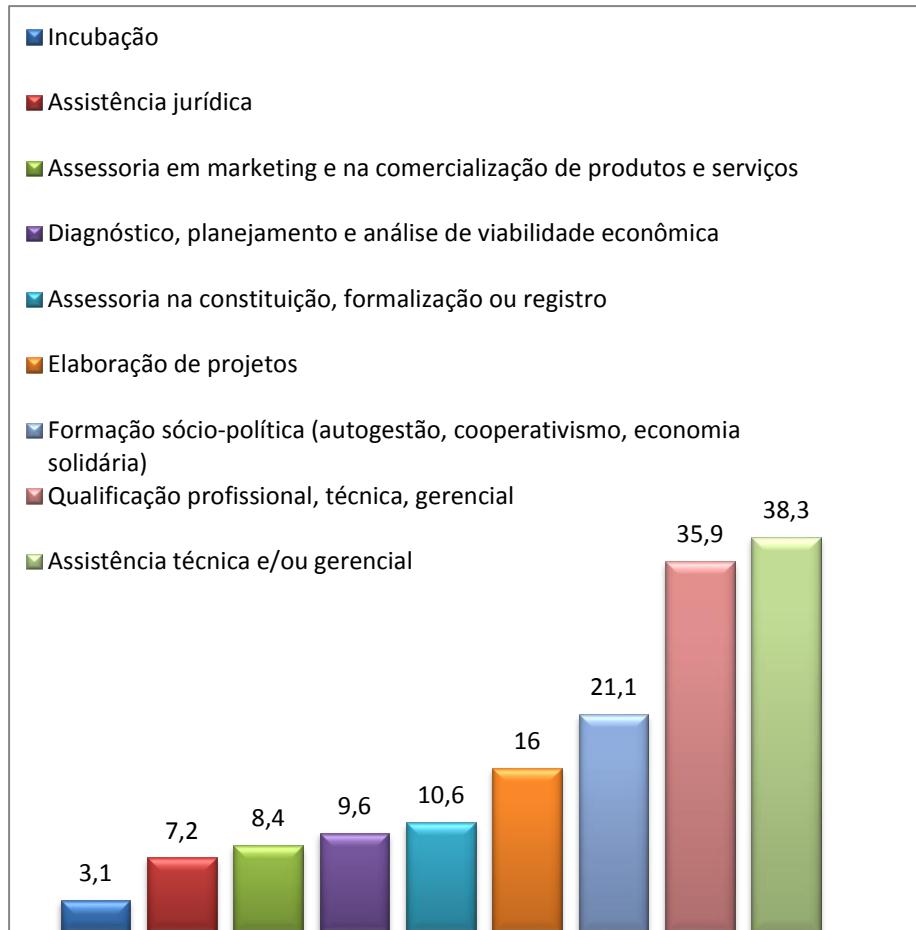
Gráfico 8 – Acesso a crédito ou financiamento nos 12 meses anteriores à pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora baseada no Banco de dados do Sies.

Dentre os empreendimentos 38,3% têm/tiveram acesso à assistência técnica e/ou gerencial, 35,5 % recebem/receberam qualificação profissional, técnica e gerencial, 21, 1% têm/tiveram formação sócio-política (autogestão, cooperativismo, economia solidária). Estas representam as atividades de apoio, assessoria ou capacitação mais comuns entre os empreendimentos. Além dessas, foi constatado, mas em menor número, que algumas recebem também assessoria para elaboração de projetos; assessoria na constituição, formalização ou registro; diagnóstico, planejamento e análise de viabilidade econômica; assessoria em marketing e na comercialização de produtos e serviços; assistência jurídica; e incubação de novos empreendimentos. Podemos observar esses dados no gráfico 9. Também deve ser dada uma atenção maior com relação ao acesso a essas atividades de fomento, visto que menos da metade recebem algum tipo de apoio e são ferramentas importantes para que os empreendimentos econômicos solidários se configurem como uma alternativa mais consolidada.

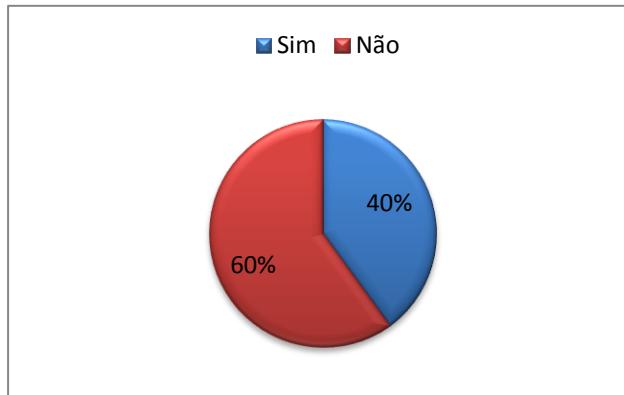
Gráfico 9 – Acesso a apoio, assessoria ou capacitação (%)



Fonte: Elaborado pela autora baseada no Banco de dados do Sies.

Com relação às participação em rede ou fórum de articulação, em movimentos sociais, populares ou sindicais, e participação ou desenvolvimento de ação social ou comunitária, os resultados foram mais positivos. Nos dois primeiros casos citados, mais de 50% tem participação social, e no último, quase metade tem participação. No entanto, esses números também devem ser melhorados para aproximar os empreendimentos das propostas da Economia Solidária e evitar que acabem perdendo os valores que os caracterizam como Empreendimentos Econômicos Solidários. A importância dessa questão se dá principalmente pela dificuldade de manter uma opção alternativa levando em consideração que se encontram inseridos dentro de um contexto capitalista, onde os princípios difundidos e aceitos pelo senso comum são contrários ao que é proposto pela Economia Solidária. Podemos observar o nível de participação dos empreendimentos em articulações, movimentos e ações sociais nos gráficos 10, 11, e 12.

Gráfico 10 – Participação em rede ou fórum de articulação



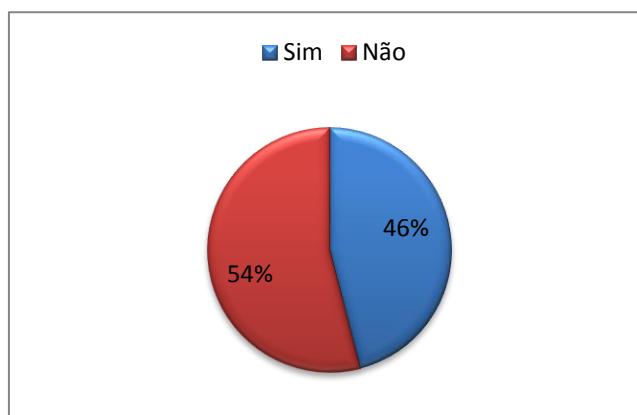
Fonte: Elaborado pela autora baseada no Banco de dados do Sies.

Gráfico 11 – Participação de movimentos sociais, populares ou sindicais



Fonte: Elaborado pela autora baseada no Banco de dados do Sies.

Gráfico 12 – Participação ou desenvolvimento de ação social ou comunitária

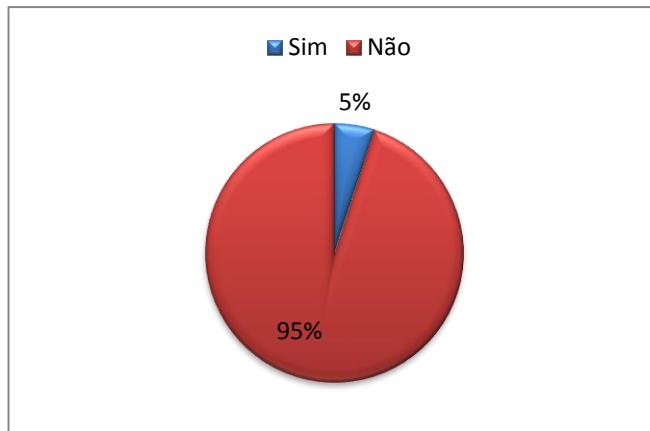


Fonte: Elaborado pela autora baseada no Banco de dados do Sies.

Outro dado interessante é que 95% dos empreendimentos não remuneram ou gratificaram seus dirigentes pelo exercício do cargo ou função, uma evidência de que a remuneração entre os sócios apresentam patamares semelhantes independente do cargo que

ocupam, característica diferenciada dos empreendimentos capitalistas, onde a hierarquia de cargos é bem expressiva. Veja gráfico 13:

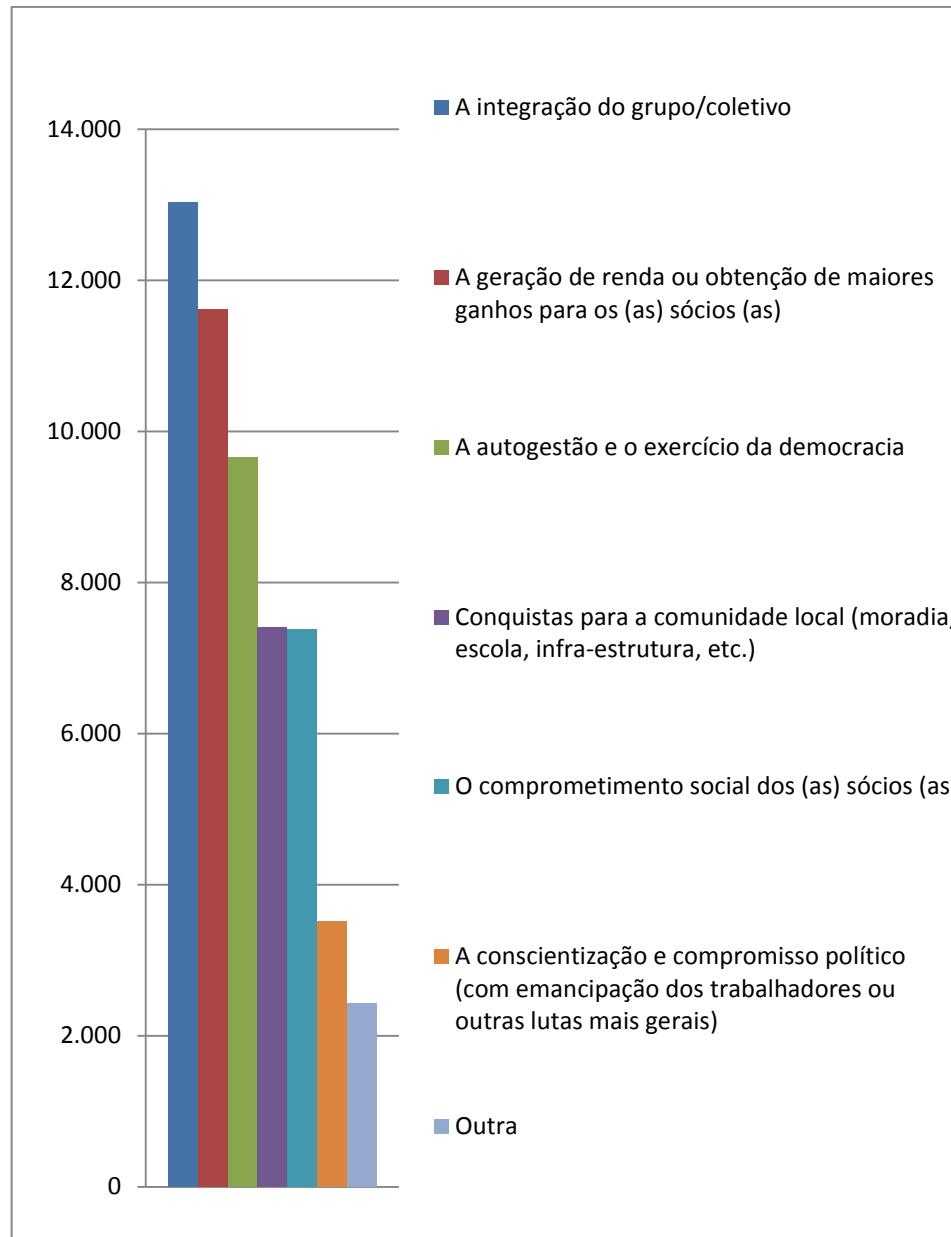
Gráfico 13 – Remuneração ou gratificação de dirigentes pelo exercício do cargo ou função



Fonte: Elaborado pela autora baseada no Banco de dados do Sies.

As conquistas mais citadas pelos sócios foram: integração do grupo/coletivo; geração de renda ou obtenção de maiores ganhos para os (as) sócios (as); autogestão e o exercício da democracia. Estas se configuraram como os pontos mais positivos entre os empreendimentos solidários no Brasil. É interessante observar a importância que é dada à integração de grupo/coletivo. Este quesito foi o mais citado entre as conquistas pelos sócios. No gráfico 14 esses dados podem ser verificados, assim como também outros pontos citados como conquistas.

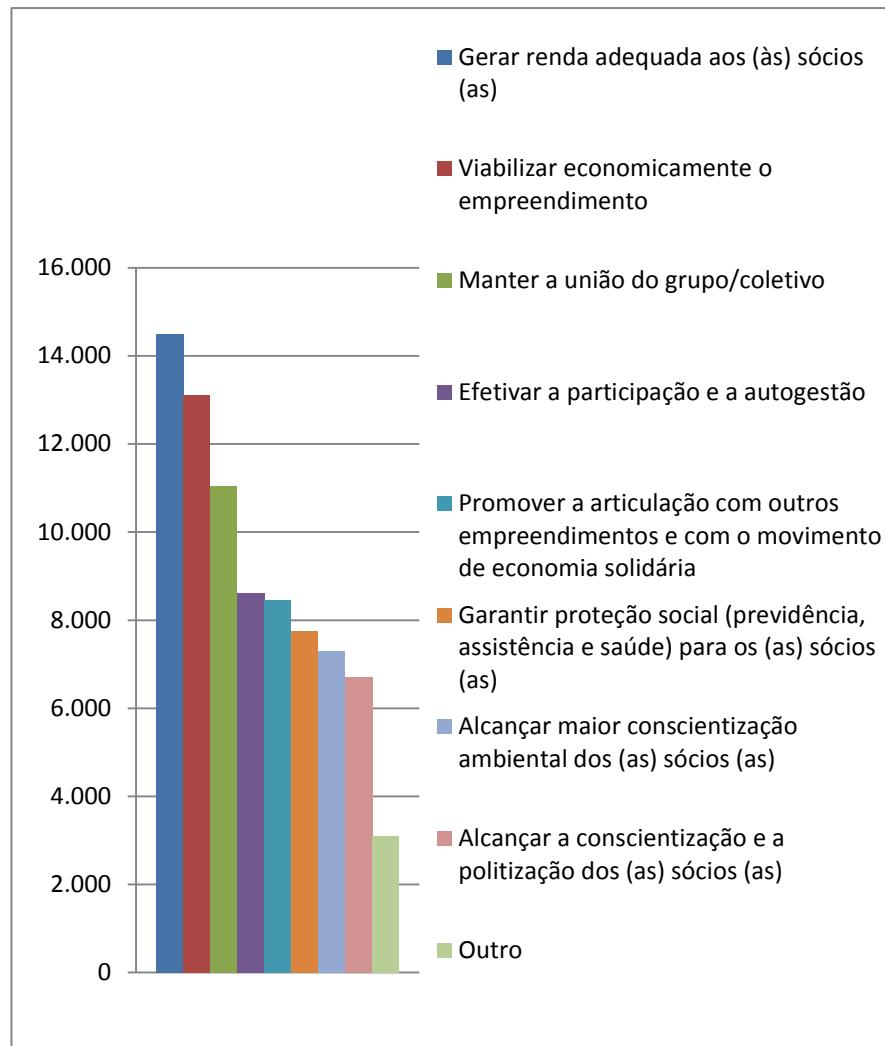
Gráfico 14 – Conquistas



Fonte: Elaborado pela autora baseada no Banco de dados do Sies.

Com relação aos desafios a maior preocupação é a de geração de renda, que é necessária tanto para a sobrevivência do empreendimento como também dos envolvidos. Logo em seguida, vem a preocupação com a viabilização econômica dos empreendimentos. Também foram citados os seguintes pontos: manter união do grupo; efetivar a participação e a autogestão; garantir proteção social aos associados; alcançar maior conscientização ambiental entre os sócios; e conscientização e politização dos sócios. Veja gráfico 15:

Gráfico 15 – Desafios



Fonte: Elaborado pela autora baseada no Banco de dados do Sies.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise dos dados do segundo mapeamento realizado pelo SIES foi possível observar que os empreendimentos apresentam dificuldade de melhor organização institucional e formalização, outro ponto foi a dificuldade de assessoramento técnico. A necessidade de financiamento também foi constatada, mas é interessante haver uma orientação para que os empreendedores consigam investimentos e apliquem do melhor modo, pois estes podem surtir efeitos contrários como endividamento e dependência econômica, caso não sejam bem administrados.

A Economia Solidária ainda sobrevive no Brasil, e foi constatado até o surgimento de novos empreendimentos nos últimos anos, de acordo com os dados do SIES, mesmo após a forte reestruturação do mercado de trabalho no Brasil nos últimos anos. Isso mostra que a credibilidade nessa alternativa ainda existe e que o trabalho associativo ainda é uma opção de organização de trabalhadores em diferentes setores da economia, sobretudo naqueles de menor exigência de capital. É uma alternativa que oferece renda complementar e até mesmo como fonte renda principal para alguns sócios. Além de termos monetários, a importância desta alternativa está na preocupação com o desenvolvimento sustentável e igualitário, e também a preocupação ambiental que não pode ser deixada de levar em consideração.

Os autores analisados neste trabalho colocaram algumas considerações importantes para a viabilidade dos empreendimentos solidários. Dentro do que foi colocado podemos citar:

- a) compreender o contexto social e econômico a fim de pensar num modelo alternativo de acordo com a realidade e necessidades da sociedade. (CORAGGIO, 1999; LEITE; 2009);
- b) envolvimento dos principais agentes com o processo sem perder de vista os princípios da Economia Solidária (SINGER, 2002b; LEITE, 2009);
- c) análise de viabilidade dos empreendimentos para que consigam se manter dentro do modelo dominante (HINKELAMMERT E JIMÉNEZ, 2009);
- d) promover espaços de conscientização e desenvolvimento de cidadania para fortalecer os ideais propostos em contraposição ao modelo dominante. (CORAGGIO, 1999; GAISER, 2007);
- e) apoio de movimentos sociais, ONGs e governo (SINGER, 2004; BARBOSA, 2012).

Comparando as considerações teóricas com os dados do mapeamento percebe-se que muita coisa precisa ser melhorada para que a Economia Solidária se fortaleça. A assistência e acompanhamento ainda deixam a desejar, menos da metade dos empreendimentos afirmaram receber algum tipo de apoio. Outro ponto colocado pelos estudiosos foi a formação sócio-política, e somente 21, 1%, teve esse tipo de formação. A forma como a maior parte dos empreendimentos estão organizados também deve ser reavaliada, a maior parte são constituídas como associação e estas por sua vez, apresentam limitações em termos comerciais, mas uma vez, uma assistência voltada para análise da viabilidade econômica do empreendimento se mostra necessária. O modo como se organizam também se reflete na capacidade de conseguir investimento, pois acaba dificultando por ter grande quantidade de organizações informais. A participação em rede ou fórum de articulação; em movimentos sociais, populares ou sindicais; e participação ou desenvolvimento de ação social ou comunitária também pode ser melhorada, por volta de 50% dos empreendimentos tem alguma participação, mas esse engajamento é de fundamental importância para que não se percam dos princípios que os caracterizam como empreendimentos econômicos solidários e acabem se tornando apenas mais uma ferramenta de exploração do capitalismo. Os principais motivos para a criação dos empreendimentos são como forma de complementação de renda e alternativa ao desemprego, o que mostra sua importância econômica para as famílias dos empreendedores solidários.

De acordo com a contextualização realizada, as ideias que deram origem à Economia Solidária nunca deixaram de existir, o que podemos perceber é que são nos momentos de crise do capitalismo que as formas alternativas ganham maior destaque. Mas, os dados nos mostraram também que apesar de ter sofrido uma redução os empreendimentos solidários após a reestruturação do capitalismo, estes continuam a existir, continuam como opção ao modo de produção capitalista.

Ainda é necessária uma maior investigação nesse campo a fim de visualizar ferramentas que possam contribuir com o desenvolvimento sustentável desta alternativa, que apesar de ser multifacetada, está sendo construída sob princípios comuns.

É relevante destacar a importância dos governos, que embora tenham aumentado o apoio nos últimos anos através da criação de alguns programas, devem oferecer um suporte contínuo e adequado. E acima de tudo, é importante o engajamento, participação e mobilização dos principais agentes envolvidos que são os empreendedores solidários e

protagonistas do processo. Para que ganhe suporte e apoio da comunidade de um modo geral precisa enfrentar o desafio de criar uma cultura solidária, e isso é um processo lento.

Vivemos em uma sociedade capitalista, impregnada com seus ideais como competição, individualismo, consumismo, entre outras características inerentes a esse sistema. Modificar essa concepção de realidade é um processo contínuo e requer ações tanto da parte dos envolvidos no processo como dos governos que têm condições de promover ações que atinjam a mais pessoas, principalmente através da educação e de apoio aos empreendimentos solidários existentes.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, R. N. C. **A Economia Solidária com política Pública:** uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.
- BRASIL. Ministérios do Trabalho e Emprego. Resolução nº 6, 26 de março de 2015. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 jun. 2015. Seção 1, p. 83. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=83&data=18/06/2015>>. Acesso em: 26 jun. 2015a.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária: Manual do Usuário. 2004. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B35FA90012B499D0A3D1608/sies_manualusuarioversaofinal.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2015b.
- BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Brasília: MTE, 2015. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/os-empreendimentos-economicos-solidarios.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2015.
- CATTANI, A. D. Construindo a outra economia. In: CATTANI, A. D. et al. (Org.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: Edições ALMEDINA, SA, 2009.
- CORAGGIO, J. L. **Política social y economía del trabajo:** alternativas a la política neoliberal para la ciudad. Madrid: Miño y Dávila, 1999.
- FONSECA, J. J. S. **Metodología da pesquisa científica**. Fortaleza: [s.n.], 2002. Disponível em: <<http://goo.gl/beixur>>. Acesso em: 22 abr. 2015.
- FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária (FBES). c2015. Disponível me: <http://www.fbdes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=61&Itemid=57>. Acesso em: 2 jun. 2015.
- GAISER, L. I. A economia solidária no Brasil: refletindo sobre os dados do primeiro Mapeamento Nacional, SC. In: SEMINÁRIO NACIONAL DO NÚCLEO DE PESQUISA SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS, 2., 2007. Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis: UFSC, 2007, abr. 2007. Disponível em: <<http://goo.gl/uefrJE>>. Acesso em: 23 jun. 2015.
- GAISER, L. I. Empreendimento Econômico Solidário. In: CATTANI, A. D. et al. (Org.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: ALMEDINA, SA, 2009.
- GAISER, L. I. **O mapeamento nacional e o conhecimento da economia solidária. Revista da ABET**, Paraíba, v. 12, n. 1, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/abet/article/view/18512>>. Acesso em: 23 abr. 2015.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HINKELAMMERT, F. J.; JIMÉNEZ, H. M. Economia para a Vida. p.139-144. In: CATTANI, A. D. et al. (Org.). **Dicionário internacional da outra economia**. Coimbra: ALMEDINA, SA, 2009.

KOROSUE, A.; GUIMARÃES, V. N. Autogestão e relações de trabalho: transformação ou manutenção das condições precárias do trabalho no capitalismo? In: OSÓRIO, S. et al. (Org.). **A sustentabilidade da economia solidária:** contribuições Multidisciplinare. Londrina: Editoraçao Eletrônica Maria de Lourdes Monteiro, 2012

LECHAT, N. M. P. Economia social, economia solidária, terceiro setor: do que se trata? **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, ano 2, n. 1, jun. 2002. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/91>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

LEITE, M. P. A Economia solidária e o trabalho associativo: teorias e realidades. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 28, n. 69, p. 31-51, fev. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000100003> Acesso em: 02 abr. 2015.

MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego. SENAES. **Manual do usuário do SIES**. [S.l], 2004. Disponível em: <<http://goo.gl/9Q0rEH>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

POCHMANN, Marcio. Economia solidária no Brasil: possibilidades e limites. **IPEA - Mercado de Trabalho**, 24, ago. 2004. Nota técnica. Disponível em: <<http://goo.gl/jA4qzW>>. Acesso em: 13 abr. 2015.

SENAES. Sistema Nacional de Informações De Economia Solidária –SIES – Disponibiliza nova Base de dados. **Boletim Informativo**, Brasília, DF, edição especial, ano 5, 2013. Disponível em: <<http://goo.gl/lK4rbL>>. Acesso em: 23 abr. 2015.

SIES. Atlas Digital da Economia Solidária: dados do Segundo Mapeamento Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES). In: PROJETO SIES. c2014. Disponível em: <<http://sies.ecosol.org.br/atlas>>. Acesso em: 02 abr. 2015.

SINGER, P. A recente ressurreição da Economia Solidária no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). **Producir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2002a.

SINGER, P. Introdução a Economia Solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002b.

SINGER, P. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 18, n. 51, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9997>> Acesso em: 28 mar. 2015.

SINGER, P. **Uma utopia militante**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.